



Comissão de Educação e Ciência

---

## Informação

[Projeto de Resolução n.º 415/XIII](#) - (GP/PCP)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 12/07/2016.

---

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o [Projeto de Resolução n.º 415/XIII](#) - *Recomenda ao Governo que sejam tomadas medidas urgentes para a contratação e vinculação de pessoal docente nas Instituições do Ensino Superior Público*, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República em 04 de julho de 2016, tendo sido admitida e baixado à Comissão no dia 05 deste mês.
3. A discussão da iniciativa ocorreu na reunião da Comissão de 12 de julho de 2016.
4. A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, referindo, em síntese, que há docentes do ensino superior que não fizeram o doutoramento dentro do período transitório fixado em 2010, por falta de condições disponibilizadas pelas instituições de ensino. Nesta sequência, pediu o cumprimento dos regimes provisórios, para se ultrapassar o regime de precariedade dos docentes, bem como da [Resolução n.º 53/2016](#), que *Recomenda ao Governo a prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior para a conclusão da obtenção do grau de doutor e a contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público*.
5. Assim, recomendam ao Governo um plano de contratação e integração na carreira de docentes do ensino superior público, a realização de concursos públicos para o efeito e a concretização das recomendações previstas na Resolução acima referida.
6. A Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que a situação é delicada, já há poucos docentes que não concluíram o doutoramento e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior informou que vai analisar as situações caso a caso. Por outro lado, sabem que há docentes que não concluíram o doutoramento sem ser por falta de condições disponibilizadas pela escola. Por último, informou que o PSD se absterá na votação do Projeto de Resolução.
8. A Deputada Joana Mortágua (BE) informou que votariam favoravelmente e referiu que sabem que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior está a negociar com os sindicatos a prorrogação do regime transitório.
9. O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o processo negocial já afirmado pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior destina-se a resolver o problema

e que há situações da responsabilidade das instituições, que não deram condições aos docentes para concluírem o doutoramento e outras da responsabilidade dos próprios docentes. Por último, indicou que o PS aguarda mais informação sobre o processo negocial para definir o seu sentido de voto, realçando que confiam na vontade do Governo para dar solução ao problema.

10. O Deputado Abel Baptista (CDS-PP) referiu que há situações diferentes dos vários docentes e o CDS-PP concorda com a análise caso a caso indicada pelo Ministro, tendo considerado que as situações terão um tratamento diferente consoante sejam imputáveis ao docente ou não. Realçou ainda que há falta de rejuvenescimento do quadro docente e não concordam com a recomendação genérica constante do Projeto de Resolução, considerando que há situações particularizadas. Por último, informou que o CDS-PP vai abster-se na votação.
11. A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) realçou que o Projeto de Resolução se justifica pela premência do momento, dado que está a terminar o prazo do período transitório.
12. Realizada a discussão, cuja gravação áudio ficará disponível no Projeto de Resolução acima referido, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação das iniciativas na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 12 de julho de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Alexandre Quintanilha)**